

IMAGENS DA VIOLÊNCIA: um ensaio sobre a psicossociologia dos grupos violentos e suas perspectivas compreensivas

Liércio Pinheiro de Araújo¹

Resumo Nos últimos anos temos acompanhado um aumento da atenção dada aos grupos violentos de rua, profissionais e pesquisadores esforçam-se para compreender e neutralizar os efeitos de participação dos jovens nesses grupos. No entanto, apesar de uma riqueza de quadros teóricos e resultados empíricos, mesmo em questões fundamentais, como uma definição consensual continuam a iludir-nos. Consideramos neste trabalho algumas das estruturas teóricas mais influentes e resultados empíricos associados e descobrimos que, tal como está, o nosso conhecimento sobre esses grupos violentos é ainda limitado. Sugerimos que os caminhos futuros devem adotar uma abordagem mais multidisciplinar para o estudo dos grupos de jovens violentos. Para este fim, argumentamos que há um papel para a psicologia nesta importante obra, e que sua participação vai nos fornecer uma compreensão mais profunda e mais significativa das gangues e os jovens que se juntam a elas.

Palavras-chave: Grupos de rua, psicologia da violência, agressividade, psicossociologia.

Resumen En los últimos años hemos sido testigos de una mayor atención a los grupos violentos la calle, los profesionales y los investigadores se esfuerzan por comprender y contrarrestar los efectos de la participación de los jóvenes en estos grupos. Sin embargo, a pesar de una gran cantidad de marcos teóricos y los resultados empíricos, incluso en cuestiones fundamentales tales como una definición de consenso sigue eludiéndonos. Consideramos que algunos de los marcos teóricos más influyentes y asociados hallazgos empíricos y encontró que, tal como es, nuestro conocimiento de estos grupos violentos es aún limitada. Se sugiere direcciones futuras deberían adoptar un enfoque más multidisciplinario para el estudio de grupos de jóvenes violentos. Para ello, sostenemos que hay un papel para la psicología en esta importante labor, y que su participación nos dará una comprensión más profunda y más significativa pandillas y jóvenes que unirse a ellos.

Palabras clave: Grupos de la calle, la psicología de la violencia, la agresión, la psicología social.

No ano de 2010 presenciamos um fenômeno específico da violência nas ruas das cidades do Rio de Janeiro (Fig. 01) e São Paulo, grupos homofóbicos, gangues violentas que num frenesi desmedido espalharam o terror na praia de Copacabana e que foram denominados como “arrastões” (Fig. 02). Na cidade de São Paulo grupos de jovens de

¹Psicólogo, Mestre em Cognição, Doutor em Gestão do Comportamento, professor universitário e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia Jurídica do Centro Universitário CESMAC. E-mail: lierciopinheiro@hotmail.com

classe média apresentaram reações violentas contra a diversidade sexual. No entanto, precisamos compreender tal fenômeno como algo universal, dado que grupos violentos de rua facilitam o comportamento destrutivo e não é apenas uma associação com seus pares agressores. Consequentemente, os grupos violentos de rua representam problemas para qualquer sociedade ordenada e digna de atenção de pesquisa. O objetivo deste trabalho é compreender as teorias existentes e pesquisar a violência de rua como atividade em que estão envolvidos estudos dentro da psicologia, sociologia e criminologia.



Figura 01. Mapa da destruição no Rio de Janeiro, RJ.
Fonte: Google Maps, 2010.

Diversos sociólogos e psicólogos têm produzido uma abundância de excelentes trabalhos, mas a ampliação da participação dos estudos da psicologia da violência possui o objetivo de ampliar o conhecimento de uma forma que só pode beneficiar a compreensão psicossocial desse fenômeno. E assim, apresentamos também o argumento de que os pesquisadores precisam ser envolvidos nos estudos de grupos violentos de rua.



Figura 02: Arrastão na Praia de Copacabana, Rio de Janeiro
Fonte: Portal G1 da Rede Globo de Televisão, 2009.

É impossível neste trabalho, a cobertura de todas as investigações sobre violência, pois a literatura é extremamente vasta. Os primeiros trabalhos sobre grupos violentos produzidos por Thrasher (1929) e Short e Strodtbeck (1965) é tão relevante hoje como era historicamente e deve ter um lugar em qualquer teorização. A maioria das pesquisas foi realizada nos EUA, e posteriormente outros trabalhos foram desenvolvidos em outros países. No entanto, tentar extrair alguma coesão para os debates em curso em torno da literatura a respeito de grupos violentos de rua é produzir mais idéias e indicações do que as abordagens multidisciplinares para a investigação de grupos violentos pode abraçar.

Antes de podermos começar a examinar qualquer fenômeno devemos ter uma definição clara dos conceitos que o abrange. Partimos do princípio de que os fenômenos estudados não estão claramente definidos e é susceptível de ser repleto de mal-entendidos que poderiam torná-lo contextualmente sem sentido. Um breve olhar sobre a literatura sobre grupos violentos de rua mostra que a falta de consenso sobre o que constitui uma gangue tem perseguido a literatura durante grande parte do século passado (Bursík e Grasmick, 1993). Klein (1991) observa que, durante a década de 1960, os grupos violentos de rua foram considerados genéricos, eles pareciam iguais e membros agiam da mesma forma. Havia pouca pressão para assistir atentamente às questões de definição, como por exemplo, o que é uma quadrilha, quando um grupo não é uma gangue, o que constitui grupos violentos de rua ou de diferentes níveis de participação nesses grupos. No entanto, sem uma definição precisa e parcimoniosa do que constitui um grupo violento de rua é impossível separar o fato da ficção (Cano e Santos, 2001). Definições precisas podem nos iludir, porque muitos interessados (por exemplo, pesquisadores, acadêmicos, políticos, mídia, etc.), podem operar em definições diferenciais que levam a mídia distorcida (HOROWITZ, 1990).

Vários autores tentaram elaborar definições de modelo explicativo sobre o fenômeno em pauta. Por exemplo, Sharp (2006, p.2) em estudo realizado no Reino Unido define grupo violento de rua como:

Um grupo de três ou mais que gasta muito tempo em espaços públicos, tem existido por um período mínimo de três meses, exerceu atividades delinquentes nos últimos 12 meses, e tem pelo menos uma característica estrutural, ou seja, um nome de líder, código ou regras.

Outros têm sugerido que um grupo de jovens pode ser considerado uma quadrilha quando tende a identificar o seu grupo como unidade coletiva, se outras pessoas também identificá-los como um grupo e se o grupo considera a atividade antissocial ou criminal como uma norma de comportamento grupal. Por outro lado, alguns pesquisadores (Bennett e Holloway, 2004) não consideram a criminalidade como um critério necessário para a definição de uma gangue, enquanto outros têm argumentado que a ausência de criminalidade faz com que a definição de uma gangue seja muito ampla (Howell, 1998). Se a atividade criminosa não é um pré-requisito para a definição de uma quadrilha, então, inevitavelmente, haverá "bons" e "maus" grupos (ou seja, aqueles envolvidos em atividade criminosa e os que não são). O resultado disto é que simplesmente agravam a confusão que já contamina parte da literatura. Por exemplo, Araújo (2006) observa que, na cidade de São Paulo, grupos de jovens que foram rotulados como "gangues" relataram que a principal razão para que eles estivessem juntos era ficar longe de problemas. Outros observam a dificuldade em identificar membros de gangues e os medos que as referências a "gang" atue como princípio para estigmatizar os jovens e criar um "gangster" de identidade (Bullock e Tilley, 2008).

Como a definição não é imposta por aqueles que analisam um fenômeno, talvez pudesse vir de todos os envolvidos, ou seja, de auto-indicação. Um estudo longitudinal, realizado no Canadá, pediu a jovens que respondesse a seguinte questão: "Durante os últimos 12 meses, você fez parte de um grupo ou gang que participou atos condenáveis?" (Goldstein, 1991, p.180). No entanto, mesmo se os jovens entendessem o significadoda palavra "condenável" no sentido moral do termo é possível a relativização da percepção subjetiva do que é condenável. Nos EUA, pesquisadores utilizando a lógica do "se anda como um pato, fala como um pato, é um pato", simplesmente perguntaram aos participantes se eles eram membros de uma gangue e que atividades relacionadas com gangues têm estado envolvidos (ESBENSEN, 2001). Dessa forma, a sentença fica claramente induzidora. Membros de gangues autodeclarados possuem maior envolvimento em comportamentos delinquentes e atitude anti-social (Fig. 03). No entanto, enquanto esses pesquisadores desenvolvem essas definições para os problemas as definições subjetivas impostas aos participantes cujas respostas serão influenciadas por variações de linguagem para a palavra "quadrilha" ou "gang" (ESBENSEN e WEERMAN, 2005).



Figura 03: Gangue de Rua composta por imigrantes nos E.U.A
 Fonte: Revista Nicaragua Hoy, 2010.

Uma vez que existem muitas diferenças entre e dentro de grupos (Fagan, 1989), alguns defendem o abandono do termo "gang" completamente (Ball e Curry, 1997). Outros argumentam que uma definição precisa não é possível nem vantajosa, desde que gangues, como qualquer outro grupo, não pode ser caracterizada por uma definição única que iria perdurar ao longo do tempo e do local (Goldstein, 1991). Assim, Goldstein (1991) argumenta que muitas das definições que foram oferecidas ao longo dos últimos 80 anos, todos são muito corretos e o que constitui uma quadrilha varia de acordo com as condições políticas e econômicas, as diversidades culturais e com o sensacionalismo dos meios de comunicação gerada ou indiferença em relação à lei. Outros argumentam que enquanto os investigadores se centram sobre a definição do que significa grupos violentos e que estão absortos do problema maior, mais amplo da violência juvenil (Sullivan, 2006). A violência juvenil, por outro lado, será sempre um problema que precisa resolver.

No entanto, existem diferenças fundamentais entre grupos de jovens violentos participantes de gang e violência juvenil. Os membros de gangue são 20 vezes mais prováveis do que jovens em situação de risco para participar de um tiroteio, dez vezes mais propensos a cometer um homicídio, oito vezes mais propensos a cometer roubo, e três vezes mais propensos a cometer assalto em público (Huff, 1998). Mesmo os jovens considerados violentos podem aumentar os seus níveis de violência dramaticamente durante a permanência em grupo e, em seguida, diminuem quando deixam a gang (Ramos, 2009). A ligação entre gangues e violência é tão profunda que as flutuações nas taxas de assassinato e crimes violentos em cidades dos EUA, tais como: Chicago (Constantino, 2001), Cleveland e Denver (Huff, 1998), Los Angeles (Howell e Decker, 1999), Miami (Kahn, 1998), Milwaukee (Hagedorn, 1994) e São Luís (Miller e Decker, 2001) têm sido atribuídas às variações nas atividades da gangue.

Pesquisadores europeus, ao contrário dos seus homólogos americanos, chegaram a um consenso sobre a definição de grupos violentos de rua (MEDINA e VAN GEMERT, 2009). Reconhecendo que uma definição consensual é fundamental para a investigação comparativa, devemos fazer uma importante distinção entre gangues, delinquência e quadrilha. Estabelecermos definidores é essencial para caracterizar um grupo como uma gangue, essa definição não deve ser permeada por características consideradas simples, por exemplo, a etnia, idade, sexo, vestuário especial, localização, nomes de grupo, padrões de criminalidade (Fig. 04), e assim por diante (Klein, 2006). Na definição específica um grupo violento de rua ou gangue tem quatro componentes que os definem: a durabilidade (pelo menos vários meses), orientação de rua, (fora de casa, no trabalho e escola), juventude (média de idade na adolescência ou vinte anos) e identidade através de atividades ilegais.



Figura 04: Identificação dos membros de gangue
Fonte: Klein, 2006.

Em geral, o argumento de que a violência ou a criminalidade deve ser um critério necessário para definir uma gangue é convincente. Como tal, faz sentido que um comportamento criminoso deve ser incluído como um critério necessário para a definição de um grupo violento de rua. No entanto, alguns de pesquisadores norte-americanos ainda não chegaram a um consenso sobre a definição de grupo violento e delinquência juvenil.

Precisamos de uma definição clara e abrangente, com o intuito de esclarecer o que é um grupo violento de rua. É também necessária uma teoria abrangente para orientar o trabalho empírico e fornecer uma síntese para explicar por que as pessoas se

tornam membros de uma gangue. Explicações teóricas de participação de jovens em gangues existem há quase um século e nos fornecem uma vasta literatura. Nesta perspectiva, devemos analisar algumas das proposições teóricas mais influentes sobre o envolvimento de grupos de jovens no crime e considerar o seu valor para explicar a participação indivíduos em grupos violentos de rua.

Uma das primeiras concepções é conhecida como teoria da desorganização social. Embora o interesse no início de gangues fosse principalmente descritiva, Thrasher (1927) abriu o caminho para a explosão de pesquisas e seu desenvolvimento foi baseado em concepções que levaram a uma série de especulações sobre como os jovens se tornaram membros de gangues. Thrasher (1927) argumentou que a desestabilização econômica contribuiu para a desorganização social, que por sua vez, levou à desagregação dos tradicionais instituições sociais como a escola, a igreja e, mais importante, a família, que "não conseguiu segurar o interesse do garoto, negligenciá-lo ou realmente estimulando-o para atividades de rua" (p.340). A erosão gradual dos estabelecimentos convencionais significava que eles eram fracos e incapazes de satisfazer as necessidades das pessoas de tal forma que eles perderam gradualmente a capacidade de controlar o comportamento da população da área. Thrasher (1927) afirmou que uma razão pela qual as instituições sociais não conseguiram satisfazer as necessidades da população era porque várias pessoas estavam vivendo em áreas desorganizadas e em condição imigrante.

Os imigrantes eram incapazes de ajudar seus filhos a se adaptar à sua nova cultura, devido à falta de familiaridade com os costumes locais. Além disso, a falta de apoio da ordem social estabelecida, como as escolas não conseguiram compensar esta ignorância dos pais. Thrasher (1927, p.32) ordenadamente definia o fracasso das instituições convencionais, em oposição à emoção e entusiasmo oferecidos por instituições não-convencionais, que ofereceu as crianças "a emoção e as raspas de participação em interesses comuns, mais especialmente a ação das empresas, na caça, captura, conflito, vôo e escape". Para Thrasher (1927) uma quadrilha existia quando o grupo se tornou organizado, adotada uma estrutura formal, tornou-se anexado ao território local e envolveu-se em conflito. O conflito era uma noção fundamental para Thrasher (1927), que argumentou que a estrutura supracitada resultou na formação de quadrilhas que criou conflito com outras gangues e com a ordem social convencional, que se opuseram a eles.

As observações de Thrasher (1927) sobre desorganização social conduziram a sucessão de investigação de gangues que se seguiram. Shaw e McKay (1931, 1942) comentam as idéias desenvolvidas por Thrasher (1927), argumentando que os bairros socialmente desorganizado culturalmente possuem famílias pobres e que em áreas urbanas têm baixos níveis de autoridade funcional sobre os filhos, que, uma vez exposto às tradições delinquentes, tendem a sucumbir a comportamentos delinquentes. Nesse clima cultural as gangues torna-se uma alternativa satisfatória para insatisfatórias convenções legítima. Se a família, escola, igreja e governo, isso tudo não fornece adequadamente aos jovens, estes formam grupos nativos, como as gangues que proporcionam um sistema de apoio social nas comunidades socialmente desorganizado (Spergel, 1995). Esta formação do grupo ea criminalidade que emana dele são passados de geração para geração através da socialização, que motiva os jovens a se desviam das normas convencionais.

Sutherland (1960) reconhece que o comportamento criminoso é predominante em todas as classes sociais e desenvolveu a teoria da associação diferencial, onde os jovens tendem a desenvolver atitudes e habilidades necessárias para se tornarem descumpridores de uma norma estabelecida, associando com pessoas que são "portadores" de comportamentos desviantes. Assim, a essência da associação diferencial é que o comportamento criminoso pode ser aprendido e que a parte principal do aprendizado vem de dentro do própriogrupo de social (Sutherland e Cressey, 1960).

O apelo da associação diferencial é que seu olhar não está apenas para o meio ambiente com a intenção de obter explicações sobre o comportamento criminoso mas, acima de tudo, para explicar as diferenças nas populações que outros pesquisadores como Shaw e McKay (1931, 1942) tinham ignorado. Sutherland (1937) também considerou a transmissão e desenvolvimento de construções psicológicas, tais como atitudes e crenças sobre o crime. No entanto, as idéias de Sutherland também têm seus críticos. Um deles é que a teoria não conseguem especificar o quanto as pessoas necessitam para favorecer o crime antes que se tornem influentes no sentido pró-penal, uma vez que geralmente as pessoas têm crenças que justificam o crime apenas em determinadas situações (Agnew, 1995; Akers, 1997). A associação diferencial também foi criticado por dizer simplesmente que as atitudes pró ou anti-criminal pode ser desenvolvida através da associação com outras pessoas sem explicar como esse processo funciona (Akers, 1997). Expandindo as idéias da associação diferencial, aproveitando a teoria dos processos de aprendizagem social, Akers (1997) propõe que o

crime é aprendido graças ao desenvolvimento de crenças e que o comportamento criminal é aceitável em algumas situações, o reforço positivo de envolvimento criminal (por exemplo, a aprovação dos amigos, ganhos financeiro) e da imitação do comportamento criminoso dos outros.

A riqueza de evidências empíricas corrobora com as proposições da criminologia, como desorganização social (Shaw e McKay 1930, 1942; Thrasher 1927), a transmissão cultural das normas criminógenas (Shaw e McKay 1930, 1942) e Associação Diferencial (Sutherland 1937). Quando existe gangue de rua há probabilidade de ser a pobreza, a vitimização, o medo ea desorganização social (Chin, 1996; Goldstein, 1991; Howell & Decker, 1999; Howell, Egley&Gleason, 2002; Huff 1996, Klein 1995; Knox1994; Spergel, 1995) e o status sócio-econômico baixo (Chettleburgh, 2007; Rizzo, 2003) fatores preponderantes no desenvolvimento de comportamentos criminógenos. Os jovens que vivem em bairros com altos índices de pobreza são mais propensos a cometerem atos delinquentes e membros de gangues têm maior taxas de delinqüência que grupos que nunca antes se envolveram em gangues (Stouthamer-Loeber&Farrington, 2004). Além disso, as crianças e jovens que são incapazes de integrar as instituições sociais são mais susceptíveis de se tornarem membros dos grupos desviantes como resultado (Dukes, Martinez, e Stein, 1997).

Observam-se evidências de que em muitas cidades do mundo onde a a forma de governo é fraca e insegurança e a instabilidade domina, grupos organizados tendem a "reinar" (Sullivan, 2006). Em muitos desses casos, quadrilhas evoluíram para complexas estruturas criminais, ou seja, as gangues de terceira geração que têm sofisticadas agendas políticas e sociais (Sullivan, 2006). Citamos por exemplo, a guerra nos morros cariocas.

Apesar de vários estudos que parecem apoiar os conceitos propostos pela teoria descrita acima, os críticos são rápidos em apontar as deficiências conceituais desta escola de pensamento. A teoria de Sullivan (2006) foi acusado de conceber as pessoas como motivacionalmente vazias, sem escolha, e como vasos simples para serem preenchidos com as imposições da sociedade (Emler e Reicher, 1995). Há também indícios de que não existe qualquer ligação entre status sócio-econômico baixo e gangues (Eitle, 2004) e que as gangues podem tão facilmente vir de famílias mais ricas (Spergel, 1995). No entanto, o conceito de desorganização social é também acusado de ser tautológico, explicando a delinqüência em termos de desorganização, quando a delinqüência é um critério de desorganização (Emler& Reicher, 1995). Caulfield (1991,

p.229) argumenta que os teóricos subculturais tentam criar imagens de monstros e demônios que deve "atender a certos critérios - tais como estando na extremidade inferior de classe, raça e hierarquias de gênero".

É realmente uma ironia que os teóricos subculturais, tentando destacar as desigualdades da estrutura social, também pode reforçar estereótipos negativos do trabalho da classe dos povos e dos imigrantes. Conseqüentemente, o foco da investigação sobre gangues e grupos violentos de rua, nos oferece poucas garantias de que os locais onde as gangues são encontrados são representativos de locais de gangues ou lugares semelhantes que não têm gangues (Cohen e Engberg, 2005). Se os pesquisadores sociais se concentrarem em áreas em que os sócioeconomicamente desfavorecidas e as populações étnicas vivem, há o perigo de que as explicações de participação na gangue serão enquadradas exclusivamente pela privação socio-econômica e etnia. É evidente que precisamos de uma perspectiva mais ampla, se quisermos explicar adequadamente por que as pessoas se unirem a gangues e tornam-se grupos violentos.

Outra perspectiva é a teoria da tensão. O conceito central dessa teoria é que a sociedade define metas universais para sua população e, em seguida, oferece a possibilidade de alcançá-las a um número limitado de pessoas. A desigualdade de oportunidade resultante provoca uma pressão sobre os objetivos culturais. Merton (1938) propõe o conceito de anomia (Durkheim 1893), isto é, uma quebra na estrutura cultural, devido a uma aguda divisão entre normas culturais prescritas e a capacidade dos membros para agir em conformidade com elas (Merton, 1938). A consequência da anomia é que as pessoas se adaptam a determinadas situações através da adoção de uma forma específica de comportamento (Merton, 1938). Cohen (1955) descreve como os membros de gangue são jovens de classe que experimentam tensão resultante de frustração de status. Frustração de Status pode ser resolvido pelos jovens associando com outras semelhantes, a fim de se afirmarem contra os ideais da classe média e seus padrões. Por sua vez, isso leva à formação de uma subcultura delinqüente onde gratificação instantânea, brigas, comportamento destrutivo formam os novos valores do indivíduo. É uma rebelião que é considerada certa justamente porque está contra as normas da cultura maior.

Cohen (1955) argumenta que uma criança experimenta frustração de tensão devido à desigualdade de oportunidades oferecidas em uma sociedade meritocrática que pretende operar em princípios igualitários da igualdade de oportunidades. Tomamos por

exemplo de socialização inadequada os recursos escassos das comunidades pobres e a carência de brinquedos educativos nessa população. A criança enfrentando essas privações sociais gradualmente se deposita no fundo da hierarquia educacional e experimenta sentimentos de frustração de status envolvendo auto-ódio, culpa, perda de auto-estima, auto-recriminação e ansiedade. A criança atribui a si mesmo a culpa pelo fracasso e lida com ela de forma distorcida, buscando caminhos alternativos para a realização de status como membros de gangues de rua (COHEN, 1955).

Tomando uma perspectiva diferente sobre a mesma questão, Cloward e Ohlin (1960) constatou que os membros do grupo culpavam o sistema ao invés de a si mesmo por seu fracasso social, e "em guerra" contra a sociedade por meio de expressões de raiva e de combate. Esta teoria conhecida com oportunidade diferencial é frequentemente citada como uma teoria geral da delinquência que começou como uma teoria de gangues (Knox, 1994). Cloward e Ohlin (1961) concordou com as idéias Sutherland (1937) afirmam que os jovens aprendem a afrontar através das ações dos mais velhos, os delinquentes mais experientes. Agnew (1992, p.74) afirma que a teoria da tensão é desenvolvida por meio da identificação de formas específicas de pressão (independentemente da classe): (1) os fracassos reais ou previstos para alcançar metas positivamente valorizada, (2) a remoção, real ou antecipada de estímulos positivamente valorizada, (3) a apresentação real ou antecipada de estímulos negativos. Cada uma destas perspectivas pode ter um efeito crescente sobre a delinquência e assim haverá diferenças individuais em resposta à tensão vivida.

Pesquisas mostram que as quadrilhas compensam a tensão através de meios ilegítimos para alcançar objetivos que não são alcançáveis devido às carências de emprego e educação (KLEMP-NORTE, 2007). Os membros de gangue são susceptíveis de ter perdido modelos positivos, uma vez que muitas vezes vêm de famílias desorganizadas e muitos perderam o contato com um dos pais por morte, separação ou divórcio (Klemp-Norte, 2007). Os membros de gangue também estão mais expostos a influências negativas, tais como drogas e companhias delinquentes (Sirpal, 2002; Klemp-Norte, 2007). Exposição ao estresse tem sido identificada como um fator de risco para a participação na gangue (onde age como um mecanismo de desvio de enfrentamento para as metas inatingíveis, Eitle, 2004). Dessa forma, torna-se uma estratégia de enfrentamento das emoções negativas, como raiva, frustração e ansiedade (KLEMP-NORTE, 2007), a necessidade de desenvolvimento pessoal (Spergel, 1995), e uma falta de confiança e auto-estima (Martinez, & Stein, 1997).

Um problema com a teoria acima é que, embora possam explicar algumas das razões pelas quais os jovens podem ingressar em gangues deixa de explicar por que a maioria da juventude de classe baixa, eventualmente, pode levar uma vida obediente à lei, embora o seu status econômico permaneça estático (GOLDSTEIN, 1991) ou porque muitos jovens apresentem experiência da não transgressão (WEBSTER, 2006). Trinta e três por cento dos jovens que vivem em áreas carentes e que nunca tinha transgredido a lei tinha experimentado um trauma significativo, como o divórcio dos pais, violência doméstica, a institucionalização dos pais em unidades prisionais ou de saúde mental, distanciamento da família de irmãos (WEBSTER, 2006). Além disso, longe de se rebelar contra as normas da classe média, muitos membros de gangues realmente endossam os valores da classe média (KLEIN 1995; SIKES, 1997). Em um estudo etnográfico de membros de gangues femininas, Sikes (1997) observou como a maioria dos membros manifestou o desejo de ingressar em várias profissões, como enfermagem e docência, apesar de uma baixa frequência na escola, um registo criminal variados e uma possibilidade real de serem mortos, enquanto engajado na atividade de grupo. Muitos membros do grupo também gastam uma grande parte do seu tempo envolvido em atividades convencionais, tomando medidas para encontrar um emprego, participar de esportes, e fazendo planos para o futuro, tal como se alistar na nas forças armadas (DOWDNEY, 2005).

Uma crítica é que algumas pesquisas mostram que os jovens que têm mais dinheiro fornecido pela família são muitas vezes aqueles que se envolvem em gangues (KAHN, 1998). Esta pesquisa vai questionar o conceito de que quanto menor o status econômico do indivíduo, maior a probabilidade existe de sua filiação subcultural em grupos violentos. A concepção acima demonstra que as famílias dos jovens membros de gangue não são mais propensos a ajudar seus filhos com a lição de casa que são famílias de gangues de jovens envolvidos (Constantino, 2002), o que pode significar que o tempo dos pais, em vez de dinheiro é um fator de proteção para que os jovens não sejam recrutados para grupos violentos.

Em outra perspectiva teórica, a teoria de controle, concentra-se na ausência de relações-chave (Carlos, 2009). Assim, esta teoria postula que as comunidades com uma estrutura de deterioração social são um terreno fértil para a delinquência. A tese central da teoria de controle é que as pessoas são inerentemente dispostas a afrontar transgredir. Isso porque oferece ganhos a curto prazo (por exemplo, o dinheiro imediato) e o objetivo central das pessoas com disposições ao crime é satisfazer os

desejos da forma mais rápida e simples possível (Gottfredson e Hirschi, 1990). A transgressão é impedida pelo vínculo social, que opera em construtos psicológicos como a consciência do indivíduo. Contudo, uma avaria em vínculos sociais durante a infância deixa uma criança livre para agir em suas inclinações naturais, sem repercussões emocionais negativas.

Gottfredson e Hirschi (1990, p.97) explica em sua teoria geral do crime que a causa do baixo auto-controle e, portanto, a delinquência é a criação inadequada dos filhos e pode ocorrer em qualquer classe social. A adequada educação infantil inclui: monitorar o comportamento da criança e reconhecer e punir os comportamentos desviantes. O resultado será "uma criança mais capaz de adiar a gratificação, mais sensíveis aos interesses e desejos dos outros, mais independente, mais disposto a aceitar restrições à sua atividade e mais improvável do uso da força ou da violência para atingir seus fins".

A adequada educação dos filhos é vulnerável a obstáculos, incluindo: os pais que não cuidam de seus filhos, os pais que se importam, mas que são incapazes de prover supervisão adequada, os pais capazes de fornecer tanto cuidado e vigilância, mas que são incapazes de identificar um comportamento como errado, ou os pais que estão pouco dispostos ou incapazes de fornecer a punição para o comportamento (Gottfredson e Hirschi, 1990). Para seu crédito, os autores ressaltam que a fiscalização e a punição deve ser conduzido de uma forma amorosa e que a decepção dos pais é um mecanismo de controle mais eficaz do que os castigos corporais. Assim, eles não endossam as sanções severas e punitivas que os teóricos do controle tem sido acusado de favorecer (Curtis, 2010).

Gottfredson e Hirschi (1990) sugerem que a maioria dos casais em risco de produzir filhos delinquentes são aqueles possuem pais criminosos porque eles não reconhecem o comportamento dos filhos como infratores e as famílias monoparentais, porque é incapaz de monitorar adequadamente o comportamento da criança e falta apoio psicológico a partir de outro adulto. As mães que trabalham também podem colocar as crianças em risco, porque eles não podem supervisionar adequadamente seus filhos. As escolas podem ajudar a socializar as crianças, mas somente se os pais não se opõem a qualquer tentativa de inculcar auto-disciplina para a criança.

Apesar de Gottfredson e Hirschi (1990) não abordarem diretamente o envolvimento dos jovens nas gangues, a teoria de controle social tem sido usado para prever o aparecimento de gangues (Abramovay, 2006) e foi encontrada possibilidade de

prognosticar os níveis de delinquência (Huebner&Betts, 2002). A falta de compromisso com um futuro positivo é evidenciado por membros de grupos violentos mostrando pouco ou nenhum comprometimento na escola (Hill, 1999; Brownfield, 2003). Os membros de gangue também tendem a experimentar a ausência de modelos parentais e desorganização familiar (Araújo, 2007) e baixa capacidade de gestão dos pais (Thornberry, 2003).

De fato, muitos membros de gangues afirmam que muitas vezes eram castigadas fisicamente pelos pais autoritários até que eles saíram de casa, ou retaliaram com agressividade semelhante (Klein 1995). Há também evidências de que mesmo dentro de grupos legítimos normas sociais continuam a ser reconhecidos. Por exemplo, membros de gangues prestar auxílio financeiro (apesar dos lucros do comércio de drogas) para comunidades carentes e prestação de serviços a lei ea ordem, escoltas de segurança para os programas de lazer e ajudar as famílias pobres pelo fornecimento de mantimentos, transporte gratuito e mão de obra (Santos, 2007). É também paradoxal que, enquanto membros de gangues podem ser considerados a ocorrer por causa de uma avaria em níveis formais e informais de controle social, a pesquisa nos oferece exemplos de grupos que fornecem esse mesmo controle social. Por exemplo, os objetivos comuns de líderes de gangues e os cidadãos honrados em bairros de classe média têm resultado em um ambiente mais estável e seguro, porque as gangues oferecem o controle social para a comunidade e ter sido conhecida como a "polícia" do bairro e ainda melhor do que a polícia enquanto sistema estatal (Ramos, 2009). Alguns pesquisadores examinaram as características psicológicas dos membros de gangues, por exemplo, olhando para os efeitos de interação de vizinhança e de traços de personalidade dos membros. Jovens que vivem em bairros desorganizados (ou seja, com uma alta rotatividade de moradores) e que têm tendências psicopatas (ou seja, maiores níveis de hiperatividade e menores níveis de ansiedade e tendências pró-sociais) têm cinco vezes mais probabilidade de se tornarem membros de gangues de jovens do que grupos que não apresentam essa configuração de traços (Carlos, 1997). Esses jovens também são menos sensíveis às tentativas dos pais de supervisão (Dupéré, 2006). Participação em gangues é ainda mais provável se esses jovens vivem em um ambiente familiar adverso (Arseneault e Tremblay, 2006). Fatores de risco para a participação na gangue diz respeito a função das diferenças individuais, tais como níveis mais baixos de QI (Ricardo e Caruso, 2007), dificuldades de aprendizagem e problemas de saúde mental (Hill, 1999) e baixa auto-estima (Dukes, 1997).

Mais recentemente, a teoria Interacional (Thornberry, 1987; Thornberry e Krohn, 2001) elaborou teorias criminológicas, propondo que os resultados de gangues é uma relação recíproca entre o indivíduo e as estruturas sociais, tais como bairro pobre e de família pobre, enfraquecidos laços sociais, e um ambiente de aprendizagem que promove e reforça a delinquência (Hall, Thornberry e Lizotte, 2006). A teoria Interacional também reconhece que, mesmo dentro de gangues, nem todos os membros são iguais. Por exemplo, alguns membros do grupo são transitórios e alguns são estáveis. Por conseguinte, as diferenças individuais parecem estar a ganhar importância no desenvolvimento conceitual da teoria dos grupos violentos de rua e, como tal, há um papel para a psicologia como um processo compreensivo contribuindo para um desenvolvimento teórico.

É evidente que precisamos entender mais sobre esses grupos violentos de rua. Por exemplo, são gangues femininas meros satélites de gangues masculinas, como eles são frequentemente considerados (Hagedorn e Moore, 2006) ou são entidades independentes, que têm seu próprio conjunto de motivações para a adesão? São essas motivações semelhantes ao sexo masculino? Além disso, por que o abuso sexual em casa é maior antecedente a gangue do sexo feminino do que para os membros do sexo masculino (KAHN, 1996)? Além disso, precisamos entender mais sobre a mudança na estrutura dos grupos violentos. Por exemplo, porque muitas gangues são cada vez mais multirraciais e multiétnica (Starbuck, 2001)?

Algumas pesquisas têm conclusões que oferecem algum insight, mas pouco fazem para se unir com a literatura e expandir a nossa compreensão global da etiologia dos grupos violentos de rua. Por que formar gangues? Elas provavelmente se formam como uma possibilidade de satisfazer as necessidades que os adolescentes têm: a amizade entre colegas, o orgulho, o desenvolvimento da identidade, reforço da auto-estima, a emoção, a aquisição de recursos (Goldstein, 2002). Eles podem oferecer um forte sentido psicológico de comunidade, um bairro físico e psicológico, uma rede social e apoio social (Goldstein, 1991). A psicologia social oferece uma variedade de teorias abrangentes para explicar a dinâmica desses grupos e cada uma oferece um potencial para a pesquisa frutífera em questão de formação de quadrilha (Goldstein, 1991, 2002). Por exemplo, A teoria social de troca (Cano, 2001) é onde membros do grupo são avaliados de acordo com seus benefícios e custos. Outras teorias como a teoria da identidade social (Dowdney, 2005), a teoria da dominância social (Da Matta, 1997) e a teoria do conflito realista (Sheriff, 1966) nos oferecem um potencial para

explicar o conflito entre gangues (Goldstein, 2002). No entanto, nenhuma teoria, criminológica ou psicológica, tem o potencial para explicar completamente a etiologia das gangues. Um referencial teórico específico para a participação na gangue, que integra perspectivas sociológicas, criminológico e psicológico seria muito importante para orientar a pesquisa e desenvolver novas perspectivas teóricas.

Uma boa teoria deve ser capaz de explicar e prever o comportamento (por exemplo, Moura, 2007). Deve ser coerente, consistente e unificar os aspectos de um fenômeno que parece ser diverso para fornecer uma explicação clara e compreensível do mundo. Uma teoria integrada da gangue deve reunir as boas idéias contidas nas teorias atuais em um modelo que fornece o poder explicativo e hipóteses testáveis.

Com a possibilidade de organizarmos um modelo integrado de gangues, apresentamos neste trabalho um quadro muito preliminar dos grupos violentos de rua. Este quadro reúne conceitos da teoria criminológica e tenta integrá-los com relevantes fatores psicológicos. Inclui conceitos de modelos semelhantes (por exemplo, Howell e Egley, 2005) para fornecer um quadro mais abrangente, com hipóteses testáveis que podem ser utilizados para orientar os exames empíricos questionando o porquê da juventude ingressar ou não em gangues. Ilustrando o caminho para a criminalidade ou de gangues violentas, juntamente com uma via alternativa para comportamentos não-criminais, e caminhos para sair da criminalidade. É a inclusão de vias alternativas, juntamente com os principais fatores psicológicos e criminológicos que o distingue de outros modelos similares.

Para concluirmos, a análise abordada considera o papel da teoria e da pesquisa na busca para entender o porque os jovens se unem as gangues e isso possibilitou identificar um grande número de questões problemáticas que precisam ser superadas. As pesquisas sobre grupos violentos de rua são marcadas pela dificuldade de definição e que as atuais abordagens teóricas têm tanto valor e apresentam limitações.

Como resultado, a investigação empírica, que é guiado por cada uma das abordagens teóricas que temos revisto reflete tanto o seu valor e suas limitações. No entanto, a investigação de gangues de rua proporcionou uma riqueza de achados empíricos com muita coisa a considerar. Assim, um dos problemas tal como a riqueza de trabalho é que a confusão resulta dos pesquisadores de grupo de rua e os esforços para selecionar o melhor caminho teórico para um processo efetivo de compreensão do fenômeno abordado. Isso pode resultar no que parece ser mais de uma competição entre

as teorias do que um esforço concentrado para desenvolver e mesclar as melhores proposições teóricas.

Os argumentos apresentados mostram que temos lacunas na literatura e sugerimos que uma abordagem multidisciplinar pode ligá-los. Há um papel para a psicologia na investigação de grupos violentos de rua, e caso os psicólogos e criminologistas trabalhem juntos para identificar as razões pelas quais os jovens ingressam em gangues, vai ampliar nosso conhecimento e desenvolver explicações mais detalhadas do que as atualmente disponíveis. Com isto em mente, apresentamos diversos modelos teóricos de como os jovens podem estar envolvidos em gangues. Pesquisar os grupos violentos de rua é vital e por isso não pode se dar ao luxo de ser marginalizado por qualquer disciplina que poderia ter uma luz teórico-metodológica para compreender alguns dos seus múltiplos fatores.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Contexto Histórico e Condição Juvenil. In: *Cenas Juvenis*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

ABRAMOVAY, Mirian *et al.* *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ARAÚJO, Liércio P. Estudos atuais sobre violência na família. *Revista de Psicologia: Ciência, Consciência e Humanismo*, 3(1), 53-67, 2006.

BEATO, Cláudio. Crime e Políticas Sociais na América Latina. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, Universidade Federal de Minas Gerais. Informativo nº 1, dezembro de 2001.

BENDIXEN, M., ENDRESEN, I. M., & OLWEUS, D. Joining and leaving gangs: Selection and facilitation effects on self-reported antisocial behaviour in early adolescence. *European Journal of Criminology*, 3, 85-114. 2006.

BENNETT, T., & HOLLOWAY, K. (2004). Gang membership, drugs and crime in the UK. *British Journal of Criminology*, 44, 305-323.

BURSIK, R. J., Jr., & GRASMICK, H. G. *Neighborhoods and crime: The dimensions of effective community control*. New York, NY: Lexington Books, 1993.

BULLOCK, K. & TILLEY, N. *Shootings, gangs and violent incidents in Manchester: Developing a crime reduction strategy*. Crime Reduction Research Series Paper 13, London, UK: Home Office, 2002.

CANO, Ignácio Cano e SANTOS, Nilton. *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*. Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2001.

CAULFIELD, S. L. Perpetuating violence through criminological theory: Subcultural theory as an ideological tool. In H. E. Pepinsky, & R. Quinney (Eds.), *Criminology as peacemaking* (pp. 228-238). Bloomington, IN: Indiana University Press, 1991.

CHESNEY-LIND, M., RANDALL, G. S., & JOE, K. A. Girls, delinquency and gang membership. In R. C. Huff (Ed.), *Gangs in America* (pp. 185-204). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.

CHETTLEBURGH, M. C. *Young thugs: Inside the dangerous world of Canadian street gangs*. Toronto, Canada: HarperCollins Publishers Ltd, 2007.

CHIN, K. *Chinatown gangs*. New York, NY: Oxford University Press. 1996

CLOWARD, R., Ohlin, L. *Delinquency and opportunity*. NY: Free Press, 1960

COHEN, A. K. *Delinquent boys: The culture of the gang*. Glencoe, IL: The Free Press, 1955.

CARLOS, Jorge Adriano. "O crime segundo a Perspectiva de Durkheim". Scielo, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSTANTINO, Patrícia. *Entre as Escolhas e os Riscos Possíveis – a inserção das jovens no tráfico de drogas*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde pública, Fundação Oswaldo Cruz. 2001

CURTIS, Jerry. *Woman in gangs: Why they join?* Disponível em <http://www.helium.com/users/34962>. Acesso em out. de 2010.

DURKHEIM, E. *The division of labor in society*. New York, NY: The Free Press. 1893.

Da MATTA, Roberto. "Espaço - casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil". In: *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: editora Rocco, 1997.

DOWDNEY, Luke. *Nem Guerra nem Paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2005.

DUPÉRE, V., LACOURSE, É., WILLMS, J. D., VITARO, F., & TREMBLAY, R. E. Affiliation to youth gangs during adolescence: The interaction between childhood psychopathic tendencies and neighborhood disadvantage. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35, 1035-1045. 2007

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em Jan. de 2010.

ESBENSEN, F-A., HUIZINGA, D., & WEIHER, A. W. Gang and non-gang youth: Differences in explanatory factors. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 9, 94-116, 1993.

FAGAN, J. E.. The social organization of drug use and drug dealing among urban gangs. *Criminology*, 27, 633-669, 1989.

FAGAN, J., MEARES, T. L. Punishment, deterrence and social control: The paradox of punishment in minority communities. *Ohio State Journal of Criminal Law*, 6, 173-229, 2008.

FELSON, M. The street gang strategy. In M. Felson, *Crime and nature* (pp.305-324). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2006.

GOLDSTEIN, A. P. *Delinquent gangs: A psychological perspective*. Champaign, IL: Research Press, 1991.

GOLDSTEIN, A. P. *The psychology of group aggression*. West Sussex, UK: John Wiley & Sons Ltd, 2002.

GOTTFREDSON, M. R., HIRSCHI, T. *Teoria Geral do Crime*. São Paulo: Artmed, 2009.

GOVER, A. R., JENNINGS, W. G., & TEWKSBURY, R. (2009). Adolescent male and female gang members' experiences with violent victimization, dating violence and sexual assault. *American Journal of Criminal Justice*, 34, 103-115.

HALL, G. P., THORNBERRY, T. P., & LIZOTTE, A. J. The gang facilitation effect and neighbourhood risk: Do gangs have a stronger influence on delinquency in disadvantaged areas? In J. F. Short, & L. A. Hughes (Eds.), *Studying youth gangs* (pp. 47-61). Oxford, UK: Altamira Press, 2006.

HIRSCHI, T. *Causes of Delinquency*. Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press, 1969.

HOROWITZ, R. Sociological perspectives on gangs: Conflicting definitions and concepts. In C. R. Huff (1990), *Gangs in America* (pp. 37-54). Thousand Oaks, CA: Sage, 1990

HOWELL, J. *Youth gangs: An overview*. Juvenile Justice Bulletin, Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Program, OJJDP, 1998.

HUEBNER, A., & Betts, S. Exploring the utility of social control theory for youth development: Issues of attachment, involvement, and gender. *Youth & Society*, 34, 123-145, 2002.

KAHN, Tulio. "Índice de Criminalidade", Revista do Ilanud N° 2, 1998.

KAHN, Tulio. *Cidades Blindadas*. São Paulo, Ed. Conjuntura, 2000.

KLEMP-NORTH, M. Theoretical foundations of gang membership. *Journal of Gang Research*, 14, 11-26. 2007

KLEIN, M. W. (1995). *The American street gang*. New York, NY: Oxford University Press.

MOURA, Tatiana. *Rostos Invisíveis da Violência Armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Perfil municipal – Nova Friburgo*. Brasília, s/d.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, n. 1, abril de 2007, p. 102-119

RAMOS, Sílvia. *Meninos do Rio: Jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas*. Boletim CESEC, ano 8, n. 13, 2009.

SANTOS, Milton. O território do dinheiro e da fragmentação. In: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SHARP, C., ALDRIDGE, J. MEDINA, J. *Delinquent youth groups and offending behaviour: Findings from the 2004 Offending, Crime and Justice Survey*. Home Office Online Report 14/06, London, UK: Home Office. 2006.

SHORT, J. F., Jr., STRODTBECK, F. L. *Group process and gang delinquency*. Chicago, IL: University of Chicago, 1965.

SULLIVAN, J. *Estudos sobre Gangue*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

TAJFEL, H., TURNER, J. C. The social identity theory of inter-group behavior. In S. Worchel, & L. W. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago, IL: Nelson-Hall. 1986

THRASHER, F. *The Gang: A Study of 1,313 Gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

WEBSTER, C., MACDONALD, R., & SIMPSON, M. (). Predicting criminality? Risk factors, neighbourhood influence and desistance. *Youth Justice*, 6, 7-22, 2006.